

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quilese Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovídio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovídio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilese Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quile-

se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domicio Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 84.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 24 de Maio de 1973 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Srs. Deputados: Gabriel Manoel e David Federmann.

As 14 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42) — achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Lopes Júnior — Domicio Scaramella — Lázaro Dumont — Mauricio Fruet e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número Legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 126-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 128-72, de autoria do Sr. Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, do Município de Guaraniau. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 28, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 127-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 85.ª Sessão Ordinária Realizada em 24 de Maio de 1973 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e David Federmann.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Domicio Scaramella — Lázaro Dumont — Mauricio Fruet e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 708-73, do Senhor Deputado Ubaldo Campos Corrêa, Presidente da Comissão de Turismo, Certames e Esportes, comunicando a criação daquela Comissão, a qual se destina estudar e emitir pareceres referentes aos desenvolvimento do Estado do Pará, principalmente o turismo, considerado hoje como fonte de riqueza nos grandes países e em determinadas regiões. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1-73, do Senhor Antonio Lucio Zarantonelo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Sertãozinho, comunicando a criação daquele Sindicato, bem como, a eleição de sua Diretoria. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Professor Francisco Albizu, Presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional do Estado do Paraná, comunicando haver sido eleita a nova Comissão Executiva daquele Diretório. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 161-72.
- de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 5-73 e 47-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações a Associação Brasileira de Mulheres Médicas, pela realização da sua VII Jornada em Curitiba, no período de 20 a 23 de maio corrente.

Esta Jornada, como as outras, teve por finalidade a maior aproximação entre as profissionais que atuam nos diferentes pontos de nosso país, no exercício vocacional da medicina, e um intercâmbio científico de estudos e conclusões.

O Paraná foi privilegiado com a escolha de Curitiba para sede do encontro. Para aqui vieram médicas de todos os Estados da federação, coordenadas pela seguinte Diretoria:

Presidente de Honra: Dra. Eliza Checcia de Noronha.

Comissão Executiva: Presidente: Dra. Saly Maria B. Moreira. Secretárias: Dra. Antonieta de Azevedo, Dra. Tazir Leprevost, Dra. Terezinha Campos.

Tesoureiros: Dra. Margarida Von Rosen, Dra. Yeda A. França.

Deste conclave, grandes benefícios advieram ao Estado e especialmente ao setor médico.

Esta é a razão pela qual propomos a presente medida que entendemos, justa e de interesse da coletividade médica feminina.

Assim, uma vez apoiada a presente, dê-se ciência da decisão da Casa a Associação Brasileira de Mulheres Médicas a Presidente de Honra do Conclave para que dê-se ciência as demais coordenadoras.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de Vossa Excelência a inclusão na Ata dos trabalhos, de um voto de congratulações e regozijo pela nomeação do Sr. Teobaldo Ciocco Navolar para o cargo de Vice Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa se dê conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Teobaldo Ciocco Navolar sempre foi figura que se projetou nos meios culturais e educacionais de Londrinenses. A par de sua grande cultura e descontento, o amor e dedicação à causa do ensino o credenciam a ocupar com brilhantismo o honroso posto para que foi escolhido. Daí a razão de manifestarmos a nossa satisfação pela sua nomeação para Vice Reitor da Universidade de Londrina.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário seja consignado em Ata dos trabalhos, um voto de congratulações e regozijo pela nomeação do Sr. Wilson Baggio para o Conselho do GERCA. Solicita também que da decisão da Casa se dê conhecimento ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Wilson Baggio, Presidente da Associação dos Cafeicultores de Cornélio Procopio, acaba de ser nomeado para o Conselho do Gerca. Isto muito representa para o Paraná que terá assim um lido representante da cafeicultura paranaense no difícil trato dos assuntos relativos ao café. Face ao seu conhecimento do assunto e grande amor pelo nosso Paraná é de todo justo que esta Casa manifeste o seu regozijo pela sua recente nomeação.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de regozijo pela posse do Sr. Carlos Alberto Lichti na presidência da COPASA, a dar-se amanhã.

Solicita-se também que do fato se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Carlos Alberto Lichti vai emprestar todo o seu dinamismo e descontento da administração de órgão de grande importância para a nossa economia agrícola. Conhecedores que somos de sua alta capacidade de trabalho e idealismo, entendemos ser justo que esta Casa manifeste o seu regozijo pela sua posse como Diretor Presidente da COPASA.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER, o envio de ofício ao Senhor Doutor Evaldo Vitta, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando providências por parte do mesmo, no sentido de que, venha a ser criada e devidamente instalada agência daquele órgão bancário na sede do Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capanema, é sem a menor sombra de dúvidas, um dos Municípios que vem se desenvolvendo de forma acelerada e vertiginosa, acompanhando muito de perto o desenvolvimento de todo Paraná.

Constituindo-se em um dos maiores produtores agrícolas de nosso Estado, tem contribuído de maneira preponderante para os cofres públicos, face a sua taxa de arrecadação.

Um dos maiores produtores da Soja, a nova cultura que vem após haver sido implantada em nosso Estado, onde encontrou meio ambiente adequado para seu desenvolvimento, sendo produzida em alta escala, pois somente em Capanema há a produção e o escoamento natural de 2.000.000 de sacas por safra, justifica plenamente a instalação de Agência do Banco do Estado do Paraná em seu Município, pois se assim ocorresse, através dos serviços prestados pelo mesmo, haveria ainda a possibilidade de aumento desta produção.

Nossa solicitação, prende-se ainda ao fato de que os agricultores daquela região, são obrigados a fazer constantemente, viagens à Municípios vizinhos para realizarem depósitos bancários, muitas vezes de grande quantidade de dinheiro, e sempre o fazem temerosos de serem assaltados, fato que já se repetiu por inúmeras vezes.

Como tivemos conhecimento da política de expansão, que pretende ser adotada pela cúpula diretiva do Banco do Estado do Paraná, realizamos a presente reivindicação, que se atende, além de esta proporcionar o atendimento ao Município de Capanema, trazendo tranquilidade a toda a população, que não mais precisará transportar seu dinheiro para outras cidades, estará também possibilitando a expansão daquele órgão, como bem o pretendem seus diretores.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja transcrita nos Anais da Casa o artigo anexo, da coluna Atualidade Econômica, do "O Estado de São Paulo", sob o título "O algodão brasileiro e a política de exportação" publicado no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

A Justificativa será feita em Plenário.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma prescrita pelo Regimento Interno o Deputado que adiante subscreve requer, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, General Mário Carneiro Portes, manifestando apelo para que implante com urgência o benefício previsto pelo Decreto 2.870, de 16 de novembro de 1972, determinando o pagamento das gratificações por dedicação exclusiva e em regime de tempo integral aos ocupantes dos cargos policiais.

Requer, ainda, solicite-se a Sua Excelência que tais gratificações sejam paritárias, isto é, beneficiando com percentuais idênticos todos os servidores alcançados, desde o Chefe de Gabinete da Secretaria até ao mais modesto agente de segurança, visando evitar disparidades e discórdias no quadro da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Respondendo pedido de esclarecimentos formulado pela Liderança do Governo, disse o Senhor Secretário de Segurança, em 4 de abril, que não havia motivos para críticas, visto que não tinham transcorrido seis meses entre a divulgação do Decreto e aquela data, impropriedade, portanto, a crítica de "burocracia asfixiante" no setor de pessoal da Polícia Civil.

Agora, já decorridos os seis meses, tampouco plantou-se o benefício. Improcede a alegação da cúpula da Secretaria de Segurança, segundo a qual os policiais estão se creditando das importâncias, embora não tenham as gratificações implantadas em folha. Na verdade, os servidores da Polícia Civil passa necessidade enquanto seu crédito aumenta no cofre do Estado. E não podem, evidentemente, adiar por seis meses suas exigências biológicas de consumir alimentos, medicamentos e agasalhos.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 100-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "Gralha Azul", com sede em Curitiba, Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1973.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Tradicionalista Gralha Azul, tem seu estatuto registrado sob n.º 451, livro "A" do 2.º Ofício da Capital, e seu extrato publicado no Diário Oficial em data de 9 de setembro de 1971, conforme fotocópia anexa.

A entidade não tem fins lucrativos, visando exclusivamente o desenvolvimento do folclore nacional em seus aspectos culturais e artísticos.

Além disso tem participado de reuniões festivas de caráter beneficente, que a credencia a declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N.º 102-73

Artigo Primeiro: — Fica proibido o uso de livro estrangeiro nas escolas públicas da rede estadual de ensino compreendendo 1.º e 2.º ciclos e as escolas de nível superior.

Artigo Segundo: — Em casos extremos, quando houver reconhecida necessidade de seu uso, por falta de similar nacional, as escolas ficam obrigadas a manter exemplares em suas bibliotecas, para que os alunos carentes de recursos possam utilizá-los, sem qualquer ônus.

Artigo Terceiro: — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24-05-1973.

(a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

O projeto ora apresentado visa eliminar abusos de determinadas escolas, onde o material didático escolhido e determinado para o corpo discente é dos mais caros. Há escolas que chegam a indicar livros de editoras estrangeiras, o que onera sobremaneira a manutenção de qualquer estudante. Ainda recentemente foi apresentado no Congresso Nacional projeto semelhante, proibindo o uso de livros estrangeiros nas escolas federais. O ideal seria a padronização dos livros escolares. No entanto, enquanto esta providência não é adotada pelo Ministério da Educação, a proibição proposta através deste projeto virá de encontro ao pensamento de milhares de pais, que enfrentam sérias dificuldades para fazer face aos pesados gastos com a compra de materiais escolares, especialmente nas faculdades, onde são exigidos livros de alto custo. A aprovação do presente projeto, mostrará mais uma vez que os nobres pares estão ao lado daqueles que buscam o barateamento do ensino no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados.

Quando, a cerca de trinta dias atrás, ocupei a Tribuna desta Casa para cobrar do Sr. Secretário a implantação do regime de dedicação exclusiva previsto em decreto governamental, disse, por equívoco, que há seis meses, havia sido assinado, pelo Sr. Governador Pedro Parigot de Souza esse decreto determinando ao Sr. Secretário de Segurança que se implantasse o regime de dedicação à Polícia do Paraná, a fim de que os policiais, bem remunerados, pudessem bem cumprir suas atividades. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ninguém desconhece que os policiais, no Paraná, ganham um pouquinho mais que o salário mínimo e que um policial mal remunerado, com problemas de ordem econômica, de ordem financeira, jamais pode ter a tranquilidade necessária para bem desempenhar o importante papel que lhe cabe na defesa da sociedade.

E o que temos visto em Curitiba, não por culpa do Governo — é claro — mas por culpa do excessivo crescimento demográfico que há falta absoluta de segurança para o curitibano. E o Sr. Secretário de Segurança, num longo arrazoado enviado a esta Casa e lido da Tribuna pelo Sr. Líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira, deu uma série de explicações, tentando esclarecer à Casa o por que da não implantação da dedicação exclusiva. E mostrando-se machucado com o que eu pretendi denominar de "burocracia asfixiante" que se verificava na Secretaria de Segurança, porque eu justificava que já seis longos meses se passaram e ainda não tinha sido implantado esse decreto governamental, o mais importante para a Polícia Civil do Paraná. E disse naquela oportunidade, o sr. Líder do Governo, naturalmente interpretando o pensamento do Secretário de Segurança, que o Sr. Deputado Erondy Silvério estava equivocado, não faziam seis meses que havia sido assinado o decreto governamental. Então, foi o único pecadilho na acusação que fizemos no apelo que endereçamos ao Sr. Secretário de Segurança, foi apenas um erro quanto ao prazo entre a assinatura do decreto e aquele pronunciamento. Mas agora não tem mais justificativa. O decreto foi assinado na primeira quinzena de novembro de 1972: dezembro 1, janeiro — 2, fevereiro 3, março — 4, abril — 5 e maio 6 meses. Já decorreram 6 meses e ainda a Polícia Civil não gosou daquele benefício que em tão boa hora lhe foi concedido pelo Governador Parigot de Souza.

As críticas que fazemos desta Tribuna, quanto a implantação do regime de dedicação exclusiva, não são pessoais. É isso que precisa entender o Exmo. Sr. Ilustríssimo General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança. Porque ele se abespinha todo quando recebe uma crítica, pensando que está na caserna. Ele está exercendo uma função civil, de Secretário de Estado. O Secretário de Estado, é como um artista. Se age bem, recebe palmas, mas se trabalha mal recebe críticas. O homem público é suscetível de críticas. Por que aceitou a posição, o cargo? Para bem desempenhá-lo. Se não está desempenhando bem, recebe as críticas dos representantes do povo, mas sem nunca baixarmos para o terreno pessoal.

Não há nada de pessoal contra S. Exa. o Sr. General Mário Portes. O que existe, isto sim, é uma burocracia asfixiante na Secretaria sob sua direção. E essa burocracia impediu que até agora a Polícia Civil obtivesse o benefício preconizado no decreto de S. Exa. o Sr. Governador Parigot de Souza. Embora tenha dito na justificativa que não haveria prejuízo, porquanto está sendo creditada aquela importância para os funcionários. Mas o servidor da Polícia Civil necessita aumentar seu crédito nos cofres do Estado, porém ele não pode adiar por 6 meses suas necessidades biológicas, de consumir alimentos, de usar agasalhos. De maneira, que a justificativa do Secretário é infantil. Não importa que o cidadão esteja com bom crédito, mas é preciso que ele pague e as despesas vencem a cada 30 dias, é aluguel, é alimentação, e vestuário, é medicamentos, escola, enfim o Policial está permanentemente em serviço. Polícia não tem hora. Mesmo quando está dormindo está prestando serviço ao público, porque o cidadão bate à porta de um polícia e diz "há um assalto ali na esquina e o polícia tem que tirar o pijama e pôr a farda, se é que ele ganha para comprar um pijama, porque o salário do Policial é tão pequeno que talvez não dê nem para comprar um pijama.

Talvez agora o General Mário Portes resolva dar o regime de dedicação exclusiva para os policiais. Em virtude disso, estamos encaminhando apelo para que S. Exa. implante com urgência o regime de dedicação exclusiva, dando 100, 90 ou 80%, mas que não dê 100% para os chefes de gabinete e 60% para os motoristas. O espírito do decreto do Governador Parigot de Souza não foi esse. Foi o de remunerar melhor a Polícia Civil, para dela exigir o cumprimento da sua relevante função de proteger a sociedade; então, tanto o Agente tem direito aos 100%, como o Chefe de Gabinete.

Eu acho que o nosso apelo é para que o Sr. Secretário de Segurança dê um percentual único, porque, esse argumento de que tem gente que não desempenha bem a sua função, não pode ser avocado, porque se o policial não é bom, então, aposente-se-o pelo tempo proporcional aos seus serviços. Afinal de contas, existem meios legais para afastar o funcionário que não cumpre suas obrigações, mas, desde que está em serviço, tem que receber a mesma coisa que recebe o Chefe de Gabinete ou o mais alto graduado funcionário da Polícia Civil. O que se paga ao Chefe de Gabinete, aos Assessores, deve ser pago ao Agente, ao Motorista, enfim, a todos aqueles que expõem a sua vida em favor da coletividade curitibana e paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Quilse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A matéria que trazemos a esta Tribuna, talvez fosse mais conveniente ser discutida no Grande Expediente; contudo, a tarde de hoje já tem dois grandes oradores e dificilmente sobrarão o tempo que eu necessitaria. Então farei apenas o enunciado do nosso Projeto de Lei, pela leitura pura e simples do seu texto. Em ocasião oportuna faremos a sua defesa.

Nosso Projeto visa também atender reivindicações do Servidor Público do Estado, daquele que tem direitos adquiridos, em vista de aptidões técnicas. (Lê):

"Art. 1.º) — O Funcionário Público Estadual, que houver realizado com aproveitamento, curso técnico, científico ou de aproveitamento administrativo, por iniciativa da administração pública Estadual e custeado pelo Estado, que esteja desviado para função correlacionada ao curso, por mais de dois anos, contados da data da diplomação e que não tenha sido realizado concurso público neste período, será automaticamente enquadrado no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso.

Parágrafo 1.º) — O Estado ao instituir cursos técnicos, científicos ou de aperfeiçoamento administrativo, obrigatoriamente fará a previa divulgação de número de vagas existentes nas séries de classes em que o funcionário poderá ser enquadrado em razão da especialização que realizar.

Parágrafo 2.º) — Os Servidores Públicos Estaduais que tenham sido reprovados em concursos públicos, tudo nos ditames desta Lei, não gozarão do benefício, para a série de classe e concurso referente a sua reprovação.

Art. 2.º) — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) — Quíelse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

É cada vez maior o número de funcionários públicos estaduais que são levados pela administração a realizar cursos técnicos, científicos ou de aperfeiçoamento administrativo, mediante o acenar esperanças de que, com o aprimoramento de seus conhecimentos, terão condições de acesso a séries de classe melhor remuneradas.

Habitualmente, após a conclusão de cursos e diplomados, são desviados de suas funções, para exercer outras relacionadas com o curso realizado, enquanto aguardam a abertura de concurso para regularizar a nova situação.

Assim, perdura uma situação de todo ilegal, porque o desvio de função, por prazo superior a seis (6) meses, é expressamente proibido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Inúmeros são os casos de Servidores que, desviados de suas funções, com cursos de especialização concluídos, desempenham, com dedicação e eficiência, atribuições como, por exemplo, de Auxiliares de Saneamento, Agentes Sanitários, Educadores Sanitários, Técnicos de Laboratório, Laboratoristas, Auxiliares de Enfermagem, Atendentes Sanitários e Visitadores Sanitários, Delegados de Polícia, Delegado Adjunto, Comissário, Escrivão de Polícia Investigador Criminal, Agentes de Segurança, Motorista Policial, e outros, estando a aguardar alguns até oito anos, a regularização de suas novas situações, sem que o Poder Público atente para a solução do problema.

O presente plano de Lei objetiva precisamente, a corrigir as situações existentes e a impedir que outras venham a ocorrer, no futuro, por se tratar de uma flagrante injustiça que se comete contra zelosos funcionários que, muitas vezes, com sacrifício, se afofaram a realizar cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional, na vã esperança de obterem a compensação dos seus esforços, pelo aproveitamento em cargos compatíveis com a sua formação.

Isto constitui não só motivo de desestímulo para os que estão em tal situação, como contribui para que outros Servidores se desinteressem dos cursos de aperfeiçoamento, o que contraria a filosofia hoje dominante no Serviço Público, que busca a profissionalização do Servidor.

Por estas razões, acreditamos que este Projeto de Lei merecerá a aprovação da Casa e, posteriormente, a sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que tanto empenho tem demonstrado em melhorar a máquina administrativa, através também do aprimoramento técnico de pessoal.

Este é o nosso Projeto de Lei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que pelo seu conteúdo de justiça, que apresentamos nesta justificativa, tenho certeza terá o acatamento de toda a Casa e até mesmo a atenção que ao nosso entendimento, merece. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Bonifácio Bonilha, Prefeito Municipal de Mandaguai, e do Sr. Geraldo Pech, Vereador de Apucarana.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Mais uma vez, a Casa teve o prazer de ouvir o pronunciamento do eminente Deputado Erondy Silvério, sempre brilhante na defesa dos interesses das causas que entende legítimas. Desta feita, S. Exa. abordou uma questão já levantada nesta Tribuna por ele próprio com relação à implantação do tempo integral e dedicação exclusiva aos homens da Polícia Civil do Estado do Paraná. Quando S. Exa., de algum tempo levantou esta questão, solicitamos do Sr. Secretário de Segurança Pública, esclarecimentos necessários a fim de que S. Exa. formasse um juízo perfeito a respeito da questão. Encaminhamos, e como temos feito, com todos os Srs. Deputados, cópia deste esclarecimento. S. Exa. volta à questão através de um respeitoso Apelo que encaminha àquela autoridade solicitando celeridade na implantação desse benefício.

Concordamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o Requerimento e com o apelo do Sr. Deputado Erondy Silvério. Gostaríamos apenas de esclarecer esta Casa de que a Secretaria de Segurança Pública, através do Exmo. Sr. General Mário Carneiro Portes, Secretário da Segurança não tem descuidado, um momento sequer, da implantação desse benefício e implantação da forma mais racional e mais justa. Nos esclarecimentos enviados a esta Casa S. Exa. teve oportunidade de descrever a metodologia com que este benefício e, através da qual, este benefício vem sendo implantado e encaminhou inclusive à Assembléia, uma cópia da ficha de avaliação de desempenho pessoal, uma ficha confidencial, através da qual pretende a Secretaria da Segurança fazer um levantamento total do pessoal que dispõe do trabalho que este pessoal realiza, das aptidões de cada servidor e das possibilidades futuras de melhores serviços por parte desses funcionários.

O preenchimento desta ficha pelo Chefe imediato de cada um, pela responsabilidade que tem, evidentemente, demanda um tempo um pouco longo. Mas é a solução encontrada por aquele Órgão do Governo do Estado a fim de que injustiças não venham a ser cometidas; e que recebam este benefício, efetivamente aqueles que fazem jus a ele pela sua formação e pela sua dedicação.

Portanto, esteja tranquilo, Sr. Deputado Erondy Silvério, esteja tranquila a Assembléia do Paraná; a Secretaria de Segurança Pública não haverá, enquanto estiver sob o comando do General Mário Carneiro Portes, de cometer qualquer injustiça contra os seus servidores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria ainda de nesta rápida passagem, pela Tribuna da Assembléia, me solidarizar com o Projeto de Lei apresentado pelo Sr. Deputado Quíelse Crisóstomo, aqui defendido e aqui descrito por S. Exa., demonstrando mais uma vez a sua real e profunda preocupação com um setor da Administração pública, dos mais importantes, qual seja a regularização da vida funcional de centenas de funcionários públicos que necessitam e pedem uma atenção especial. Tenho certeza, o Sr. Deputado Quíelse Crisóstomo, que o seu anseio é o anseio do Governador Parigot de Souza e da Administração deste Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de hoje ocupar a Tribuna no Grande Expediente. No entanto, dois Srs. Deputados já se encontram inscritos e pretendo sintetizar o que teria a dizer na tarde de hoje.

Ontem, o meu preclaro amigo, digníssimo Líder do Governo, mais uma vez foi injusto, ferino, malicioso e até certo ponto gozador, quando ao responder pronunciamento nosso, a respeito de indigente que se encontrava acorrentado no pátio da Assembléia Legislativa, acabou por afirmar que o MDB critica e a Arena resolve os problemas.

Acontece, meu Nobre Deputado Líder do Governo, que para convencer é preciso estar convencido; para conscientizar, é preciso estar conscientizado; para fazer com que acreditem é preciso acreditar. V. Exa. tenho certeza, não acredita na própria assertiva aqui formulada. Tenho certeza de que V. Exa. não está convencido de que realmente o MDB critica e a ARENA resolve os problemas.

Abordei o problema do jovem demente ontem, nesta Tribuna, longe do problema demográfico ou de fazer espetáculo à custa da miséria alheia. Abordei, apenas, como exemplo. Não o fiz como um fato isolado. Pretendo, partindo do acontecido às nossas vistas, mostrar que no Estado do Paraná, infelizmente, milhares de pessoas humanas são jogadas às ruas, sem atenção, sem amparo, sem proteção por parte das autoridades.

Se ontem um Deputado da ARENA resolveu parcialmente o problema deste jovem demente, concedendo-lhe 700 cruzeiros de sua verba, o MDB também tem feito isto, mas não resolve. Na semana passada ajudei a salvar a vida de uma jovem senhora, oferecendo 800 cruzeiros de minha verba de Assistência Social para interná-la no Hospital Evangélico porque não foi possível arranjar internamento num outro Hospital para que fosse operada com urgência.

Mas a verba de assistência social que possuem os Deputados é insignificante, é insuficiente e, de forma alguma atende às necessidades.

Estamos assistindo diariamente um espetáculo tétrico à nossa frente. Com milhares de doentes provenientes do interior do Estado procurando amparo na Capital. Os Senhores Deputados, lamentavelmente, não possuem condições de atendê-los. Há necessidade do Governo se sensibilizar e voltar a repetir aqui a frase pronunciada ontem, parafraseando Kennedy: "Essas criaturas podem até mesmo serem castigadas pelo destino, mas não podem nunca ser castigadas por nossa negligência". O Governo não pode negligenciar, não pode se omitir. No Paraná há muito que não se constrói um Hospital para atender, por inteira responsabilidade do erário público, a esses indigentes, a esses indivíduos menos favorecidos pela sorte, que não possuem condições para um tratamento ou internamento.

Quantos maltarapilhos, quantos desnudos estão jogados em Abrigos, em Asilos, em Pensões, esperando internamento para salvar a própria vida! Quantos não morrem à espera deste amparo e desta proteção!

E no Paraná, com uma renda "per capita" irrelevante, insignificante, uma das mais baixas do Sul do País, no Paraná a família envolvida pela pobreza se desagra a cada dia que passa, com meninos perambulando pelas ruas, implorando a caridade alheia.

Nossa Secretaria de Trabalho e Assistência Social, nossa Secretaria de Saúde podem realizar alguma coisa em benefício dessas criaturas menos favorecidas pela sorte. A meta primeira do Governo deve ser o homem. Ele deve ser colocado antes e acima de tudo. As realizações governamentais devem ter em mira, principalmente, a figura humana. É preciso humanizar a Administração pública. O Paraná é um Estado doente e precisa se transformar num Estado onde o Governo seja humano e procure atender os mais necessitados.

Porisso, Nobre Líder do Governo, V. Exa. se equivocou e se enganou de forma injusta e irreal. Nós não tivemos a intenção que V. Exa. entendeu. A nossa intenção foi, única e exclusivamente, através do fato isolado, mostrar o panorama triste que assistimos, no Estado do Paraná, no campo concernente à assistência social.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo) "Há um ano, um jornalista especializado no jornal "O Estado de São Paulo", escrevia:

"O Paraná é, ainda hoje, um Estado em busca de seu modelo de desenvolvimento econômico.

Ladeado pelo Rio Grande do Sul, grande produtor agrícola e por São Paulo, grande produtor industrial, precisa encontrar caminhos que não se baseiam apenas na exploração do campo ou na implantação de um parque industrial que não poderá resistir à competição paulista.

Diante disto, apesar do imenso potencial que representam as ricas terras amplamente aráveis e uma reserva de energia elétrica que surpreendeu o mundo, apeguem-se os horizontes, reduzem-se as oportunidades, limitam-se as soluções".

Passado mais de um ano, o Paraná continua em busca de seu modelo de desenvolvimento econômico, apenas, talvez, com os horizontes mais apeguados, as oportunidades mais reduzidas e as soluções mais limitadas.

Algumas operações do tipo "AGARRE SEU JAPONÊS", foram tentadas ainda sem resultados concretos.

A falta de uma definição mais precisa, restou de efetivo o "Corredor de Exportação do Paraná".

O programa dos "Corredores de Exportação" constitui excelente estratégia desenvolvimentista de inegável positividade econômica a nível nacional, mas cujos resultados são e serão no atual esquema basicamente apropriados pelo Governo Federal.

Em termos de economia paranaense, todavia, não me parece sejam os "Corredores" fator de decisiva dinamização.

O que é bom para o Brasil, é bom para o Paraná?

Sim, na medida que somos brasileiros perfeitamente integrados no esforço de desenvolvimento e também participam para o ingresso do Brasil no clube da História.

Mas a resposta poderá ser questionada se enfocada na perspectiva da economia paranaense.

O Presidente do BADEP, afirma:

"O Corredor do Paraná é basicamente de cereais, principalmente milho e soja. Não temos carne nem manufaturados. Então, os cereais têm que ser tratados de forma especial desde o plantio até a estocagem".

Para ele o êxito exige a tecnificação total da agricultura.

Aliás o Programa dos Corredores se fixa em cinco pontos no que se refere ao incentivo à produção:

- 1) — Projeto de sementes.
- 2) — Projeto de mecanização agrícola.
- 3) — Projeto de assistência técnica.
- 4) — Projeto de informação e estatística.
- 5) — Projeto de treinamento e capacitação.

É claro que um Programa dessa natureza exige uma série de medidas preliminares e complementares.

Assim é que o DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES DE AÇÃO do Governo do Estado do Paraná alinha entre os seus grandes objetivos:

— "maximizar a eficiência do Sistema Governo. — Iniciativa privada.

— a integração política do Paraná no esforço de elevar o país à condição de País desenvolvido, no prazo de uma geração, expresso no I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico Social;

— fazer crescer a economia a taxas que permitam reduzir a médio prazo e eliminar a longo prazo a diferença que separa a renda "per capita" paranaense da brasileira;

— crescer as taxas que permitam o reforço a longo prazo da posição relativa do Paraná da renda do País;

— a consolidação do Polo Agro-Industrial paranaense".

E para concretizar tais objetivos o DDA definiu entre suas "METAS SETORIAIS" para implantação do Corredor:

- 1) — a construção pelo Governo do Estado de 1.000 km de rodovias pavimentadas, para a entrega até fins de 1974;
- 2) — construção de 1.000 km., de um programa de 3.000 km de estradas alimentadoras para suporte do escoamento de produção pelas vias coletoras, com recursos parcialmente provenientes de financiamentos;
- 3) — ampliação de programas de manutenção de rede de estradas a cargo do DER, com a extensão de 11.000 km, mediante a aquisição de equipamento como financiamento parcial da União e outros".

Além da EFCP, estrada vital para a efetivação do Programa dos Corredores.

Paralelamente opera-se a modernização do Porto de Paranaguá e a dragagem do novo canal de acesso, no que se possibilite o desembarque de navios de 40 e até 50 mil toneladas, reduzindo o custo operacional, conferindo maior competitividade aos produtos nacionais no mercado externo. (Paranaguá recebe atualmente modestos navios de no máximo 20 mil toneladas).

Há ainda um problema incidente da mais alta relevância o da armazenagem e beneficiamento da produção agrícola.

A COPASA (Cia. Paranaense de Silos e Armazéns) dispõe de modestíssima rede de silos: apenas com 78.000 toneladas de capacidade estática.

Estes 12 com deficiências de equipamentos de limpeza, beneficiamentos, secagem e padronização.

Ora, os estudos atinentes à lusitagem estão a indicar a necessidade de 300 mil toneladas para a adequação às previsões de expansão de excedentes de soja, milho, trigo, farelo de soja e farelo de caroço de algodão, entre outros, (e isso até 1976).

Como se vê, o Paraná que responde atualmente por cerca de 25% das exportações brasileiras, tem uma elevada participação na montagem dos "Corredores de Exportação", que são na pitoresca expressão do Presidente do BADEP, "nossas fábricas de dólares".

Uma análise rápida do DDA permite algumas ilações:

- 1) A estrutura econômica permanece basicamente a mesma, vale dizer, essencialmente, primária e voltada para a exportação.
- 2) Predomina no setor secundário indústrias tradicionais (alimentação, madeira, mobiliário), com pequenas e médias empresas de baixa tecnologia e baixa produtividade.
- 3) O setor terciário envolvido direta ou indiretamente ao primário, com reduzido dinamismo.

A movimentação do segmento terciário se dá fundamentalmente na razão direta da atuação do setor público e da área financeira.

Citação do Presidente do BADEP:

"Considerando que a industrialização via substituição de importação é fase definitivamente esgotada, considerando que uma economia primária exportadora apresenta como característica um alto coeficiente de concentração de renda, considerando a elevada taxa demográfica paranaense, considerando que o bem estar social da nossa população está subordinado à superação do impasse, é hora da união de todos os paranaenses, principalmente para atuar junto ao Governo Federal, para que esta cumpra sua parte; preços mínimos, sustentação de preços, créditos, nova orientação para o confisco cambial, investimentos substanciais, enfim, através de quaisquer estratégias econômicas adequadas ao nosso desenvolvimento".

É há outros problemas da mais alta gravidade: O fascínio do soja.

Está se operando no Paraná uma substituição de várias culturas pelo soja. Cálculos efetuados por alguns técnicos concluíam o seguinte: Se, se aumentar a área de cultivo do soja — em substituição a outros produtos — para mais 450 mil alqueires, considerando o nível tecnológico atualmente empregado, considerando-se dois dependentes, teremos 570 mil pessoas atingidas, num pequeno espaço de tempo.

Onde utilizarão sua força de trabalho?

É preciso evitar aquela situação descrita por um pensador francês assim delineada: que 90% de nossos esforços destina-se a curar males decorrentes das vantagens conseguidas com os outros 10%.

Este pronunciamento é apenas um esboço preliminar. Pretende em breve fazer considerações mais precisas sobre o problema.

Quero apenas estabelecer uma premissa: o problema paranaense na vigente situação histórica, é problema iminentemente político. Isto é, o Paraná precisa urgentemente se inserir na produção e distribuição do Poder Nacional.

Diga-se de passagem, que o que aqui se alinhou foi objeto de uma confe-

rência do ilustre Presidente do BADEP há cerca de aproximadamente 8 meses, quando chamava a atenção do Paraná, que nós estamos voltando às origens; vale dizer, estamos cada vez mais nos aproximando de onde iniciamos, isto é, uma economia tipicamente primária exportadora.

Dizia ele então, que, para corresponder à expectativa nacional, isto é, à montagem dos problemas dos corredores de exportação, o Paraná terá de concentrar a quase totalidade de seus esforços e sua disponibilidade, em homens e recursos para obtenção desse resultados. Terá de realizar uma concentração de todos os seus recursos e possibilidades, no aumento da produção nos itens exportáveis, basicamente os produtos agrícolas que, juntamente com o café, recebem uma parcela mais significativa da sua pauta de exportação. Para que não se estenda e amplie o fosso que em termos de economia separa o Paraná do Sudeste industrializado brasileiro, haveria o Governo Federal, a par da montagem do corredor de exportação, compensar o nosso Estado, pelo sacrifício imposto.

Palavras corajosas e ao mesmo tempo, precisas, pondo o dedo na chaga histórica do Paraná. Pois exatamente no dia de ontem, o "Jornal de Brasil" noticiava que o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, estava no Rio Grande do Sul, assinando convênio para a construção de um cais de exportação de carne, no sul, além de um convênio e projetos ligados à ferrovias e rodovias. E até mesmo afirma que de 64 até esta data, houve um aumento no Rio Grande do Sul de cerca de 600% na taxa de pavimentação, isto é, o Rio Grande do Sul dispõe hoje, partindo-se de 64, uma rede rodoviária exatamente 600% maior do que aquela época. E diz mais, que foram liberados para o programa de ferrovias, 45 milhões 290 mil cruzeiros, e anuncia que o Rio Grande do Sul, será beneficiado com um investimento de 700 milhões no setor rodoviário. Como se vê, a situação paranaense se agrava no meu entendimento em termos de se montar, de se operar um modelo econômico eficiente e eficaz cada dia com maiores dificuldades. Porque ele próprio, o programa de corredores de exportação, segundo entendo, não irá dar perspectiva de saída para a economia paranaense. Ainda que tal ocorresse, nós teríamos a concorrência cada vez maior, do Rio Grande do Sul e do Estado de S. Paulo. Nestes termos e dentro desta situação, me parece que seria a hora de todos os paranaenses lutarem principalmente, junto ao Governo Federal, para que se altere o esquema de distribuição de investimentos em nosso País. Porque, de repente, se percebe que vamos nos tornando um nordeste sulino com graves repercussões na vida de cada um de nós, principalmente, se tendo em conta que o Estado do Paraná é o que apresenta maior taxa demográfica do Brasil.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Fico imensamente satisfeito, ouvindo a análise de V. Exa. porque contém ela uma série de conclusões que, nós do MDB, também alguma vez, temos tido a oportunidade de chegar a ela. Mas as conclusões nossas às vezes são interpretadas como de cunho político, como de interesses partidários o que não há de ocorrer por certo com as palavras de V. Exa., porque V. Exa. além de participar da Bancada do Governo nesta Casa, é inclusive Líder da ARENA.

V. Exa. situa muito bem, a preferência já notada de longa data do Governo Federal, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Já tive a oportunidade mesmo de dizer aqui nesta Casa, que o Governo Federal adota dois critérios para investir a opupança popular que se encontra em seu poder. Critério do medo, segundo o qual ele investe no nordeste, e o critério do amor, segundo o qual ele investe no Rio Grande do Sul. E como não tem medo do Paraná e nem tem amor por nós, ficamos a ver navios. Veja V. Exa., é fácil a análise. Se atentarmos para os principais órgãos do Governo, não só o Ministério dos Transportes, como bem citou V. Exa., também o Banco do Brasil e quase todos os setores governamentais, estão investindo colossalmente no Rio Grande do Sul. Por esta razão creio, que o atual governo do Presidente Médici, há de compor com as secas e com as geadas, o terceiro flagelo que assolou o Paraná nos últimos anos. Apenas S. Exa. o Sr. Ministro dos Transportes aqui passa e com seu sorriso simpático — e todos nós hoje nos devemos referir assim a S. Exa. o Sr. Ministro dos Transportes, porque talvez consigamos alguma coisa. Já que foi graças ao elogio a seus olhos verdes que Santa Catarina logrou conseguir alguma coisa; elogio proferido pelo Governador do vizinho Estado. Mas o Sr. Ministro faz promessas fáceis; passa pelo Paraná, anuncia estradas e como disse V. Exa. 600 por cento foi o incremento da taxa de pavimentação no Rio Grande do Sul. E eu perguntaria, e o Paraná, de 44 para cá qual foi o incremento? V. Exa. sabe que é um mínimo. E não temos esperanças mesmo, já que o Governo Federal o atual Presidente, chegou ao fim de seu mandato, mas não temos esperanças de que S. Exa. reveja a sua política para este Estado do Paraná. Sei que este Governo há de ficar na história do Brasil, dos Governos Brasileiros, com relação ao Paraná, como aquele que mais descuidou do nosso Estado, que mais prejudicou o Estado do Paraná.

É lamentável que tenhamos que concluir assim, porque o Paraná tem contribuído decisivamente para a economia nacional, sobretudo dando ao Governo seus 25% das exportações brasileiras uma contribuição em matéria cambial, das mais significativas, face às necessidades do Governo Federal.

Agradeço este longo aparte, mas era preciso mesmo que ficasse constando dos Anais este reconhecimento às palavras de V. Exa., porque na verdade, o que ocorre com o Paraná, independentemente de qualquer motivação política verdadeiramente é isso que V. Exa. expôs na Tribuna. Todo o dinheiro da Nação, por vários processos, está sendo canalizado para as mãos do Governo Federal e hoje só se pode desenvolver um Estado, com o auxílio deste mesmo Governo e a nós ele não dá contribuição nenhuma, o que eu lamento; em lugar das palavras de V. Exa., parece que a maioria pretende justamente o contrário, seguir quase que numa subserviência total ao Governo Federal. O próprio Governador Parigot de Souza vive proclamando, sobretudo quando voltou a assumir seu mandato, que iria pedir instruções na Capital Federal. Não precisamos de instruções; no Paraná o que nós precisamos é de protestar bem alto, ainda que não surta resultado; mas protestar por uma imposição de dignidade, por termos prejudicados. Porque ser como está sendo hoje o Paraná, totalmente marginalizado, em termos de auxílio federal, ficar calado ante isto é uma indignidade. Temos que protestar pelo menos por marca nossa presença de cidadãos deste grande Estado da Federação.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu agradeço o aparte brilhante do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues do MDB e tirante alguma colocação política, eu diria que realmente há um tratamento desigual, com relação a distribuição de benefícios às várias unidades federativas. Todavia, o aparte de V. Exa. me dá oportunidade para que eu deixe claro que evidentemente não sou contra a que se invista no Rio Grande do Sul; sou a favor, isto sim, que se invista mais igualmente. Sou a favor que o Governo do Estado seja melhor contemplado; na razão direta das suas necessidades e também porque o Governo Federal nada mais estaria fazendo do que compensar o Estado do Paraná, que já vimos, é responsável e responde por 25% das exportações brasileiras.

O Sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, desejo cumprimentá-lo pelo chamamento que faz desta Tribuna no sentido de que todos atuem, procurando uma compensação ao esforço que o Governo do nosso Estado realiza, no sentido de manter sua posição requerida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento. Trago, como subsídio, a notícia de que há duas semanas foi realizada em Curitiba uma reunião promovida pela Associação dos Municípios do Paraná, com todos os Presidentes das micro-regiões, reunião em que se debateu particularmente um desencadeamento de uma ação no sentido de atuar junto ao Governo Federal visando uma compensação face às grandes isenções concedidas no setor primário, o que vem prejudicando nosso ICM. Neste sentido o Presidente do Conselho, Alípio Ayres de Carvalho, fez um pronunciamento a semana passada na Câmara Federal. Deixo este subsídio a V. Exa., cumprimentando-o e agradecendo o aparte que me foi concedido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu é que agradeço ao Deputado a honra que me dá em ser apartado, trazendo S. Exa., como sóe acontecer, colaboração de grande envergadura para que os debates sejam mais abrilhantados.

Devo ainda dizer que o Paraná, que já fora preterido, segundo entendo, na construção de Salto Osório, acaba mais uma vez de ser preterido em vista do decreto presidencial que deu à ELETROSUL a concessão de parte da energia a ser produzida pela Usina de Itaipu. É possível que razões técnicas tenham determinado que assim seja. É possível que, tecnicamente, seja este o ponto de vista correto.

Todavia, como falamos em compensação, talvez fosse o momento do Governo Federal dar a compensação solicitada porque a COPEL ficou, nesta conjuntura, subordinada à ELETROSUL, como outras Companhias que operam no Sul do País.

Poderia o mesmo tema ser explorado sob outra perspectiva, com outros enfoques que descessem a minúcias, mas o panorama, o quadro geral, segundo entendo, o esboço, foi feito nesta Casa. O grave é que vivemos num País, numa rotatividade excessivamente rápida, numa rotatividade excessivamente acelerada. Temos que pegar o ponto da estória, e se não aproveitarmos agora corremos o risco de ficarmos fora dos Estados desenvolvidos de nosso País.

Agradeço a atenção dos Srs. Deputados, do Sr. Presidente e espero, tirando qualquer colorido político-partidário à discussão, fique gravada esta premissa primordial com relação ao problema. O problema paranaense é eminentemente político. O Paraná tem necessidade de se inserir na produção e distribuição do Poder Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Olavo Ferreira, devidamente inscrito.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com satisfação que, nesta oportunidade, ouvimos, com bastante atenção, a palavra consciente, equilibrada, do nobre Líder da ARENA Deputado Luiz Roberto Soares trazendo a esta Casa, problemas de grande interesse paranaense.

Sr. Presidente, lembro-me, neste instante, de uma frase de grande responsabilidade do Sr. Ministro da Fazenda, Professor Antônio Delfim Neto, há três meses passados, quando visitava, pela primeira vez, a Exposição Agropecuária de Londrina, numa pequena reunião de homens afetos à agricultura. Dizia S. Exa., num diálogo com um dos participantes, que reconhecia que, muitas e muitas vezes, o Governo errava e tinha consciência do seu erro. Mas, necessário se fazia que os homens do Governo, aqueles que participam da equipe do Governo Federal, os homens da ARENA, dissessem, sempre que possível, alertando o Governo Federal dos possíveis erros que ele estivesse cometendo.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, hoje, a palavra do Nobre Deputado Luiz Roberto Soares foi nesse sentido. O Governo, por mais bem intencionado que seja, desejando corrigir as distorções da realidade brasileira, tem que admitir essa crítica sincera, honesta e muito justa que fez o Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares.

Sabemos que, no Brasil, tínhamos, em 1964, apenas 17 mil quilômetros de estradas de rodagem e que, em 1974, no próximo ano teremos 70 mil quilômetros. Sabemos que se vende que se exporta, minérios de ferro, hoje, a sete dólares a tonelada, e dentro de apenas 4 ou cinco anos, com a instalação da Usina de Tubarão, no Estado do Espírito Santo, estaremos exportando não minério de ferro, mas aço, a 100 dólares a tonelada. O desenvolvimento do Brasil é uma realidade. O esforço brasileiro é impressionante. Quando lemos, atualmente, que o Brasil consome 15 milhões de KWA-força e, em 1980 vai consumir 35 milhões de KWA-força; e em 1990, vai consumir 75 milhões de KWA-força e, ainda, que no ano 2.000, o consumo será de 150 milhões de KWA-força, temos que admitir que o esforço do Governo tem que ser quase que fora do comum para que esse desenvolvimento, esse progresso, não estacione, não pare, trazendo sérios prejuízos para a economia brasileira.

O Sr. Arthur de Souza — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, só porque V.Exa. falou em Tubarão, no Espírito Santo e eu sou um apaixonado pelas coisas grandiosas que o Brasil de hoje está realizando, e gostaria de dizer a V.Exa. que tive oportunidade de visitar Tubarão quando se estava instalando a usina de pelotização para que se exportasse um minério mais puro. E isso viria trazer mais divisas para o Brasil. Tivemos oportunidade de ver oito navios que estavam esperando no Porto para carregarem o minério para o Japão. E assistimos um espetáculo impressionante, o vagão roda, todo ele, através de um aparelho para carregar o navio, depois volta aos trilhos. São coisas assim que fazem com que a gente brasileira fique orgulhosa deste País e inclusive, falava-se naquela ocasião da necessidade de maior consumo, de maior produção de energia, para atender a expansão dessa usina de Tubarão. Era o aparte que gostaria de fazer, apenas como brasileiro entusiasmado pelas nossas coisas.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado, gostaria de fazer mais um adendo a esse aparte de V.Exa., de que, com a visita que fizemos, verificamos que do Estado de Minas, até Espírito Santo, Vitória, tem 12 composições, de 26 vagões, puxados por 4 locomotivas Diesel, por dia, transportando minérios e já está se construindo a 2.a via térrea para duplicar. Nós teremos 26 composições, com 26 vagões, cada um puxado por 4 locomotivas Diesel. Este é o Brasil que nós conhecemos.

Mas, Sr. Presidente, continuando o nosso raciocínio, temos que admitir, dentro daquele mesmo pensamento desenvolvido pelo Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, que é a equipe de um governo agredindo outro governo. — governo estadual agredindo governo federal e governo federal agredindo, no bom sentido, na expressão da palavra, também os recursos estrangeiros para o desenvolvimento brasileiro, — é que conseguimos trazer o desenvolvimento tão necessário e indispensável para o Paraná.

Acredito que a própria reforma do Secretariado do Paraná, sem crítica

e sem desmerecimento àqueles que deixaram seus cargos, mas sentimos que depois dessa mudança tem havido maior agressividade por parte do Governo do Estado, da equipe do Governo para as coisas do Paraná.

Nós estamos verificando no setor de transportes, maior agressividade? do atual Secretário Coronel Cássio Muniz, a fim de que aquelas estradas tão reclamadas, tão desejadas por todos nós para escoar a abundante safra que o Paraná produz, já está sendo planejada, já está sendo anunciada e executada. Está se sentindo agora, maior agressividade, como não se teve na Administração passada. O que estamos vendo agora, para que o Paraná também seja atendido, é um maior esforço da Secretaria de Viação e Obras, para que o Paraná seja atendido como está sendo atendido o Estado do Rio Grande do Sul.

Então, é importante a formação de equipe, daqueles elementos que ocupam diversos cargos de confiança. Estamos verificando que a mudança do Sr. Secretário de Agricultura, é a sua preocupação em colocar nos diversos postos, homens capazes e que conhecem as atividades. Já tivemos oportunidade de falar no Sr. Noronha que está agora ocupando a Presidência da "Café do Paraná". Não lhe faltam conhecimentos e atribuições para conhecer esse tão importante setor da Café do Paraná. Tive oportunidade de anunciar, e agora é efetivo e amanhã vai tomar posse, o Sr. Carlos Alberto Dietrich, Presidente da COPASA, também mencionado pelo Sr. Luiz Roberto Soares. Na Rede Armazenadora Estadual, o Sr. Carlos Alberto foi o grande responsável pelo sucesso do Paraná no armazenamento do café.

O Sr. Nelson Buffara — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Olavo Ferreira, há minutos atrás V.Exa. fez uma pequena comparação em termos de Paraná e Rio Grande do Sul. Eu não tive oportunidade de estar presente no Plenário, quando do discurso do Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, mas ouvi o inteligente aparte do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, da nossa Bancada.

Ainda falando em termos de Paraná e Rio Grande do Sul e para dar um esclarecimento a V.Exa., no seu brilhante pronunciamento, Deputado Olavo Ferreira, em termos de Brasil o Estado do Rio Grande do Sul progrediu, no ano de 1972, 27% mais do que o Brasil, e o Paraná evoluiu, em termos de Brasil, 22%; portanto nós estamos distante do Estado do Rio Grande do Sul, de 49%, em termos de Brasil.

Isto significa que o Brasil, composto em vários Estados, alguns evidentemente progrediram mais que outros, que o Estado do Rio Grande do Sul está 27% acima e nós, 22% abaixo.

Este aparte, para que V.Exa., verifique que o aparte que proferiu o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior comparando o nosso Estado com o Rio Grande do Sul, é uma grande verdade. Nós estamos muito aquém daquilo que merecemos, por razões óbvias já ditas por aquele Deputado, somos um Estado escantado, marginalizado, ao passo que o Rio Grande do Sul progride. Temos que nos conscientizar, os nossos políticos na Esfera Federal tem que trazer com exatidão, sentir o problema como ele está acontecendo em nosso Estado e tomarmos medidas urgentes e imediatas, sob pena de sucumbirmos, ao passo que os outros Estados são aqueles que mais progrediram.

O SR. OLAVO FERREIRA — V.Exa. veio ao encontro daquilo que estamos procurando aqui expor aos Nobres Pares. O que nós estamos sentindo é justamente isto. Sentiu o Governador Parigot de Souza, que alguns órgãos da sua Administração não estavam sendo tão atuantes, tão agressivos como precisavam ser, e este foi um dos motivos principais da mudança de alguns dos seus auxiliares diretos.

Parece-nos, Nobre Deputado, que estamos já sentindo os efeitos dessa mudança — a agressividade com que iniciou a sua atividade na parte de Transportes e Coronel Cássio, já se fez sentir.

Este o apoio que devemos dar. Temos que admitir, no Governo passado, Governo de Paulo Pimentel, quando estivemos afastados durante algum tempo, temos que admitir politicamente, que, foi no seu Governo que maior número de estradas de rodagem foi construído aqui no Paraná; eu faço justiça ao Ex-Governador Paulo Pimentel. Agora, acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, com esta mudança nos setores que não estavam dinamizados dentro do Governo Parigot de Souza, nós teremos uma posição muito mais agressiva junto ao Governo Federal, porque o Governo Federal tem que atender o que não são apenas 22 Estados, são, isto sim, 22 Estados que são verdadeiras 22 Nações e, aquele que mais agride, aquele que mais pede, aquele que mais solicita é aquele melhor atendido.

Então, acredito que com estas mudanças nós teremos aqui substanciais atendimentos para o Estado do Paraná. Portanto acho válido o pronunciamento do nobre Líder da ARENA. São os homens da ARENA que devem fazer esta crítica, crítica construtiva para mostrar que nós sabemos criticar, sabemos solicitar, sabemos reconhecer onde estão as falhas e fazer algo verdadeiramente, sentido e profundo ao Governo Federal, para que atenda este Estado que contribui decisivamente com 26% para a economia nacional.

Hoje, Sr. Presidente, eu trago três requerimentos; um deles, de um artigo que saiu no Estado de São Paulo, sobre a atualidade econômica, o algodão brasileiro e a política de exportação.

Já tinha dito e também disse o nobre Líder da ARENA, das distorções lamentáveis que temos tido no Paraná, no que diz respeito à agricultura, que é a base da nossa economia. Estamos vivendo de ciclo em ciclo. Hoje vivemos do ciclo da soja. Mas há uma preocupação muito grande entre aqueles que hoje se dedicam a esta atividade agrícola. Qual a capacidade de produção de soja no Paraná? Qual a capacidade do consumo interno? Qual a capacidade do consumo externo de exportação? Será que com 20% a mais os Estados Unidos é um dos grandes produtores de soja? Temos condições de concorrer na exportação com aquele grande País amigo? É uma pergunta que paira no ar. Tivemos o ciclo do algodão, hoje estamos lendo aqui, a preocupação do Governo nos termos baixado violentamente, que a produção algodoeira do Paraná, já foi líder na produção do algodão. Hoje, estamos no 8.o (oitavo) lugar; São Paulo em primeiro lugar. Porque foi abandonado o cultivo do algodão pelo cultivo da soja, do amendoim, do milho. Por serem mais fáceis e de trato mais rápido, estando menos sujeitos à intempéries do tempo, às intempéries climáticas. Então estamos percebendo aqui, que o Governo teve que tomar medidas sérias, evitando a exportação do algodão para que o consumo, creio, não ficasse prejudicado. Hoje, como a nossa indústria têxtil está numa fase de grande expansão, consequência principal dos incentivos fiscais, que favorecem as exportações, onde nossos produtos encontram aceitação, favorecendo também o mercado interno que também cresce, graças à elevação do poder aquisitivo dos consumidores. Por isso, nossa indústria têxtil precisa de mais algodão, e o nosso País precisa muito mais no futuro, dos nossos lavradores encorajados, para plantar algodão, esta atividade agrícola, que representa ao lado do café, ao lado da soja, um grande sustentáculo da economia paranaense. E o ouro branco que está sendo abandonado, é preciso que os lavradores, é o apelo que faço

da Tribuna, para que todos nós que representamos aqui a Região, de lavradores que há anos atrás representavam a grande força na produção do algodão, venham novamente plantar o algodão, porque este ano teremos apenas 660 mil toneladas de algodão e o consumo interno quase que atinge este total, dependendo de uma margem pequeníssima de exportação. Então o Governo faz um apelo para que haja um encorajamento dos plantadores de algodão, a fim de que voltem a esta atividade agrícola, para que o lado do soja, ao lado do café, ao lado do milho, ao lado do amendoim, do trigo, nós possamos aqui no Paraná representar para a economia brasileira não apenas 26%, mas 50%, dos produtos exportáveis. Portanto, Sr. Presidente, é um artigo de profundidade este de "O Estado de São Paulo", falando sobre a atualidade econômica. Não vou lê-lo todo; mas gostaria de me congratular com este jornal que vem abordando assuntos econômicos de grande interesse, principalmente, aquilo que diz respeito ao nosso Estado. Porque o Paraná poderá ganhar novamente as lideranças perdidas. Não deve perder a da soja, deve recuperar a do algodão, que é o ouro branco, deve recuperar também a do milho, deve recuperar a do trigo, deve recuperar a do café, perdida para o Estado de São Paulo. Porque temos condições para isto, desde que tenhamos condições necessárias e indispensáveis: meio de transportes, que o Governo Federal poderá nos ajudar como tem ajudado os demais Estados da Federação Brasileira.

Tenho certeza, que agora, com a reformulação do Secretariado do Estado, haverá muito maior agressividade por parte da equipe do atual Governo, para que os mesmos benefícios, tão bem reclamados, elogiados, pelo nobre Líder da ARENA, que foram para o Rio Grande do Sul, também venham para o Paraná. Ele não foi contra esse benefício; ele é a favor dos benefícios que devem vir para o Paraná. Desejamos que todos os Estados Brasileiros sejam beneficiados mas em pé de igualdade, para que não haja distorção. E este deve ser o nosso papel aqui nesta Casa Legislativa, apelando como paranaenses, apelando como representante de zonas agrícolas, a que nós pertencemos, ao Governo Federal, que atenda este celeiro, que atenda este Paraná que tem condições de alimentar e sustentar não só o Paraná, não só o Brasil, mas grande parte da população do mundo, se ele tiver aquelas condições necessárias e indispensáveis para o escoamento das nossas safras de produtos agrícolas.

Portanto, Nobre Líder da ARENA, o apelo de V.Exa. é válido; e assim é que se deve fazer. São as sugestões, as críticas partidas de nós, homens do Governo; são sugestões, de parte de nós; bandeiras levantadas por nós, homens de governo; nunca devemos deixar que a Oposição venha levantar bandeiras que por nós devem ser levantadas.

Portanto, Sr. Presidente, é o Requerimento que faço hoje, nos congratulando com "O Estado de São Paulo", com o artigo publicado na data de hoje sobre o algodão brasileiro e a política de exportação.

Mas, gostaríamos também, de apresentar mais dois Requerimentos, um deles já mencionei, congratulando-me com o Sr. Carlos Alberto Lichti, convidado pelo Sr. Nelson Ferreira Brandão. O sucesso do armazenamento do café, do Paraná, deveu-se a este homem de grande capacidade. Acredito que na COPASA, Nobre Líder da ARENA, ele trará os seus conhecimentos, a fim de que a COPASA não seja aquela modesta, aquela pequena rede de armazéns que ela hoje representa, mas que ela possa fazer, além desses armazéns, convênios com o IBC, com o GERCA, com a CIBRASEM, para que armazene esta produção gigantesca do Paraná. Este é o homem indicado, o Governo está certo em por um homem que tem a capacidade para poder exercer esta atividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também se venho aqui, muitas vezes fazer críticas, também faço meus elogios e faço hoje a um homem que o Governo Federal está convidando para participar do Conselho do GERCA. Justiça seja feita pelos seus méritos e pelos seus conhecimentos. Quem não conhece Wilson Baggio? Wilson Baggio Presidente da Cooperativa da Cafeicultura de Cornélio Procopio, um dos maiores lutadores da cafeicultura de que temos conhecimento, não só no Paraná, mas no Brasil. Esse homem destemido, corajoso, muitas vezes criticado pelos seus pronunciamentos ardorosos em favor da cafeicultura, hoje é convidado, é chamado, é chamado a participar do Conselho do GERCA, como um homem profundo conhecedor desta atividade agrícola que é o café.

Minhas congratulações ao IBC pela sua Diretoria Técnica que convidou esse homem para que, como grande produtor e cafeicultor, fosse dar sua colaboração e seus conhecimentos neste setor tão importante de nossa economia.

Sr. Presidente, são estes nossos três Requerimentos e mais uma vez as nossas congratulações também ao Ilustre Deputado Luiz Roberto Soares por seu pronunciamento, muito oportuno, feito da Tribuna desta Casa.

Acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que somente o Paraná unido, — Deputados, povo, Governo, Deputados Federais com grande responsabilidade, todos, de mãos dadas, apelando no bom sentido ao Governo Federal, — será atendido nas justas reivindicações que o povo paranaense faz para poder colaborar no engrandecimento deste Estado e deste País que tanto queremos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação a presença no Plenário dos ilustres Prefeitos de Jandaia do Sul e São Tomé.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

com a presença de 42 Srs. Deputados. ORDEM DO DIA,

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 24 Srs. Deputados. Há número para o prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, lido da Tribuna por S.Exa. Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94-71, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 94-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Lobato, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Lázaro Dumont

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 165-71, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio, na Vila Operária da Cidade de Maringá. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 165-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio destinado ao Ginásio Estadual João XXIII, em Vila Operária, da cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Lázaro Dumont

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 75-72, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando pelos Municípios que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 75-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Lázaro Dumont

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 135-72, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória e criada pela lei Municipal n.º 816 de 2-3-72. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 209-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir, a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES), com personalidade jurídica de direito público, sede e foro nesta Capital e finalidades que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 209-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado responsável pelo planejamento estadual, com sede e foro na Cidade de Curitiba, tendo como finalidade básica apoiar e auxiliar o Governo do Estado nas seguintes áreas de atividade:

- a) — realização de pesquisa aplicada nas áreas econômicas e social;
- b) — execução de trabalhos de estudos e elaboração de projetos e de programas de apoio ao sistema estadual de planejamento;
- c) — apoio técnico nas áreas econômica e social à formulação de políticas estaduais de desenvolvimento;
- d) — acompanhamento da evolução da economia estadual;
- e) — treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, para o planejamento e a pesquisa aplicada no campo do desenvolvimento econômico e social.

Art. 2.º — O Poder Executivo destinará à Fundação IPARDES contribuição no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), que constituirá seu patrimônio inicial.

§ 1.º — O patrimônio da Fundação será ainda constituído por doações e contribuições de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito público ou privado.

§ 2.º — A forma de gestão do patrimônio da Fundação será definida através de disposições expressa em seu Estatuto.

Art. 3.º — Constituem receita da Fundação os dividendos correspondentes a até 30.000,00 (trinta milhões) de ações, e das bonificações delas decorrentes, de valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada, subscritas e integralizadas pelo Estado do Paraná, no capital social de sociedades de economia mista, na seguinte forma.

I — no exercício de 1973, os dividendos correspondentes a até 15.000.000 (quinze milhões) de ações; e

II — no exercício de 1974 e seguintes, os dividendos correspondentes a até 30.000.000 (trinta milhões) de ações.

Parágrafo único — Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo serão

definidas e especificadas quais as ações cujos dividendos constituirão a receita de que trata este artigo.

Art. 4.º — Além dos recursos derivados de seu patrimônio, e dos dividendos a que se refere o artigo anterior, constituirão, ainda, receita da Fundação:

I — crédito especial no montante de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para atender às despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro;

II — dotações orçamentárias fixadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado;

III — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções;

IV — doações e legados;

V — receitas resultantes da prestação de serviços e outras rendas que venha a Fundação auferir.

Art. 5.º — São órgãos da Fundação:

— Conselho de Administração

— Conselho Curador

— Diretoria Executiva.

Art. 6.º — O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado à qual estiver a mesma vinculada, que o presidirá, pelo Presidente da Fundação, como membros natos e por tres outros membros, nomeados pelo Governador do Estado entre profissionais de notórios conhecimentos na área do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único — O mandato dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Governador do Estado será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.

Art. 7.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 3 (três) membros, nomeados pelo Governador do Estado, devendo um de tais membros ser pessoa legalmente habilitada para o exercício de auditoria financeira e contábil.

Parágrafo único — O mandato dos Curadores será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.

Art. 8.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.

§ 1.º — O Diretor Presidente deverá ser escolhido entre pessoas de notórios conhecimentos e experiência em atividades relacionadas com as da Fundação.

§ 2.º — O Diretor Presidente, em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Secretário Geral.

§ 3.º — A remuneração mensal do Diretor Presidente e do Secretário Geral da Fundação será fixada anualmente pelo Governador do Estado.

Art. 9.º — A organização administrativa e funcional da Fundação será constituída na forma a ser determinada por seu Estatuto.

Art. 10 — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 11 — O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único — Servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com todas as vantagens de Lei.

Art. 12 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estaduais e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14 — Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 15 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 16 — A Fundação encaminhará semestralmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades e anualmente apresentará o balanço do respectivo exercício.

Art. 17 — Para a execução do disposto no inciso I, do artigo 4.º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no montante de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mediante o cancelamento de igual importância em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único — Para os fins previstos no "caput" do artigo 2.º, fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1973, um crédito especial no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mediante o cancelamento de igual importância em dotações constantes do Orçamento Geral do Estado para aquele exercício.

Art. 18 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Lázaro Dumont

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 211-72, encaminhando anteprojeto de lei que aliena ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado no Km. 156 da estrada do Cerne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, naquele Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 211-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação, alienar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área de 92.716,00 m² (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na altura do Km 156 da Estrada do Cerne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, adquirido conforme transcrição n.º 1089 à fls. 70, do Livro "3-A" do Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Lázaro Dumont

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16-73, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Sabáudia. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual, em Santo Antônio do Caiuá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Piêr. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do D.E.R., para construção de uma Ponte com 54 metros de vão, sobre o Rio São Jerônimo, no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, da Cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-70, de autoria do Dep. João Mansur, que veda as Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos, dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que por ventura venha a produzir. Parecer favorável da C.C.J. Com emenda. **Aprovado artigo por artigo, com emenda.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Guairacá, pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 226-71, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público na forma da legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar em 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 237-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Deputado Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A população estudantil de Atalaia que deseja galgar a Escola Normal de grau secundário, está na dependência de uma extensão da Escola Normal de Nova Esperança, que funciona em caráter precário.

Além do mais, há em Atalaia mais de quarenta alunos em condições de cursar aquela escola, o que nos parece ser de bom alvitre criá-la na referida cidade, contribuindo-se, assim, com a economia doméstica dos seus moradores.

Assim, pois, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 237-71

AUTOR: — Deputado Basílio Zanusso

SÚMULA: — Cria uma escola normal.

RELATÓRIO E PARECER

1.) Pretende a proposição criar uma escola normal no Município de Atalaia, escola essa de grau secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2.) O Projeto se acha plenamente justificado e tem toda procedência.

3.) Opinamos, pois, pela sua aprovação, visto que se trata de pretensão meramente autorizatória.

Sala das Comissões, em 17.11.1971.

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira

Bersari Netto

Armando Queiroz

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 237-71

AUTOR: Dep. Basílio Zanusso

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar no próximo ano letivo.

P A R E C E R

Em se tratando de matéria meramente autorizatória, o presente Projeto de Lei, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro, de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Ovidio Franzoni — Gabriel Manoel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 237-71

AUTOR: Deputado Basílio Zanusso

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar em Atalaia, uma Escola Normal de grau secundário.

PARECER

1.) Pretende o autor do presente Plano de Lei, a criação de uma Escola Normal de grau secundário, na sede do Município de Atalaia, para funcionamento no próximo ano letivo.

2.) A educação é uma obrigação do Estado para com seus jurisdicionados, razão pela qual deve arcar com a responsabilidade da criação e manutenção de estabelecimentos de ensino.

3.) Desta forma, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei. S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 15-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Arapongas. Pareceres favoráveis da

C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 15-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de março de 1973

a) Deputado José Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública preenche todos os requisitos reclamados em lei, para atingir tal objetivo.

Assim, pois, verifica-se pelos documentos anexos, que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Arapongas, está em primeiro lugar, registrada no cartório das Pessoas Jurídicas competente; vem funcionando regular e plenamente há mais de dois (2) anos, presta, de forma efetiva e real, serviços de Utilidade Pública à população da referida cidade de Arapongas; e, finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração.

Em face das considerações, expendidas, apresentamos o presente Plano de Lei à apreciação de nossos Ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 15-73

AUTOR: Deputado José Muggiati Filho

SÚMULA: A presente iniciativa de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Arapongas.

PARECER

O presente projeto vem instruído e justificado tudo de acordo com o Regimento Interno, portanto não tem qualquer implicação de ordem legal e constitucional. Somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25-4-73

aa) Nelson Buffara — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

Igo Lessa — Ivo Thomazoni — Paulo Camargo e Sebastião Rodrigues.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 15-73

AUTOR: Deputado José Muggiati Filho

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Arapongas.

PARECER

1.) O nobre Deputado José Muggiati Filho objetiva, com este Projeto de Lei, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Arapongas.

2.) A douta Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou pela aprovação do projeto, por considerá-lo constitucional.

3.) Do ponto-de-vista financeiro, que cabe a esta Comissão examinar, não vemos óbice algum que se lhe possa antepor, daí porque nos manifestamos, igualmente, favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) Quielse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Antônio Lopes Júnior — João Fadel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 53-73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que assegura na aposentadoria, as vantagens do artigo 172, inciso 3.º, da Lei n. 6.174, de 16-11-70, ao Servidor Público Estadual, ex-integrante da F.E.B., como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 53-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurada, ao Servidor Público Estadual, após dois anos de efetiva percepção, comprovada a sua participação em frente de combate, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, a incorporação aos vencimentos, por ocasião da aposentadoria, da gratificação prevista no artigo cento e setenta e dois, inciso três (III), da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1973

a) Deputado Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Render tributos de reconhecimento e gratidão aos heróis que arriscaram sua própria vida na exaltação da soberania do Brasil, na Itália, por ocasião da última guerra mundial, representa exteriorização do mais puro sentimento de brasilidade, do mais vibrante testemunho de patriotismo. Procurar de forma prática, contribuir no sentido de assegurar ao ex-pracinha funcionário melhores condições de sobrevivência, após longos anos de bons e reais serviços prestados à administração pública, representa propósito de lhe amparar na velhice, motivo por que justo e oportuno é o Plano de Lei submetido à apreciação desta Casa

LEI N.º 6174

Data: 16 de novembro de 1970

Súmula: Estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO III
DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 172 — Conceder-se-á gratificação:

I — de função;

II — pela prestação de serviço extraordinário;

III — pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva;

IV — pela representação de gabinete;

V — pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde;

VI — pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico;

VII — pela participação em órgão de deliberação coletiva;

VIII — pelo exercício de encargos especiais;

IX — pelo exercício;

a) — de encargo de auxiliar ou membro de banca ou comissão examinadora de concurso ou de prova de habilitação;

b) — de encargo de auxiliar ou professor de curso regularmente instituído, se realizado o trabalho além das horas de expediente a que está sujeito o funcionário.

X — pelo exercício em determinadas zonas ou locais.

§ 1.º — Vetado

§ 2.º — As vantagens pecuniárias atribuídas ao funcionário não sofrerão descontos, além dos previstos em lei.

Art. 173

Palácio do Governo em Curitiba, em 16 de novembro de 1970

aa) Paulo Pimentel — Lauro Fabricio de Melo Pinto — Rubens Bailão Leite — Enéas Muniz de Queiroz — Nelson Luiz Silva Fanaya — Adolfo Rosevics — Joaquim Weber Hackradt — Eurides Mascarenhas Ribas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 53-73

PARECER

I — De autoria do eminente Deputado Erondy Silvério, a proposição em exame objetiva assegurar, na aposentadoria, as vantagens do Artigo 172, inciso 3º, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70, ao servidor público estadual, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira.

II — O Projeto está articulado e justificado nos termos do Regimento Interno da Casa, mas para melhor atendimento à técnica legislativa apresentamos o substitutivo anexo, que em nada altera o mérito da matéria.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, em 9-5-73

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Nelson Buffara — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Ivo Thomazoni — Quielse Crisóstomo da Silva — Igo Lasso — Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 53-73

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar ao Servidor Público Estadual, após dois anos de efetiva percepção, comprovada a sua participação em frente de combate, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, a incorporação aos vencimentos, por ocasião da aposentadoria, da Gratificação prevista no Artigo cento e setenta e dois, inciso três (III), da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Art. II — As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria;

Art. III — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Nelson Buffara — Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 53-73

PARECER

Para fins de parecer, vem a esta Comissão o presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, com substitutivo do ilustre Deputado Ovídio Franzoni, que objetiva assegurar ao servidor público estadual, após dois (2) anos de efetiva percepção, comprovada a sua participação em frente de combate, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, a incorporação aos vencimentos, por ocasião da aposentadoria, da gratificação prevista no artigo 172, inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Examinada a propositura do ponto de vista financeiro, que é a competência desta Comissão, concluímos que a mesma está em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) Quielse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Antônio Lopes Júnior — João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.os 5-73 e 47-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.o 161-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do Sr. Carlos Alberto Licht, na Presidência da Copasa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente, ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, visando a instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Brasileira de Mulheres Médicas, pela realização de sua VII Jornada em Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que se digne implantar com urgência o benefício previsto pelo Decreto 2.670, determinando o pagamento das gratificações por dedicação exclusiva e em regime de tempo integral aos ocupantes de cargos policiais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pela nomeação do Sr. Teobaldo Ciocci Navolar, para o cargo de Vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pela nomeação do Sr. Wilson Baggio, para o Conselho do Gerca. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da coluna Atualidade Econômica, do "O Estado de São Paulo", sob o título "O algodão brasileiro e a política de exportação". — **Aprovado.**

(A coluna a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de convidar os Srs. Deputados para a Sessão Solene a ser realizada amanhã às 10 horas, quando será conferido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a S. Exa. o Sr. Cel de Engenharia Rodolfo Gustavo Paixão Neto.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à Hora Regi- mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 26-70, 289-70 e 226-71.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 237-71, 15-73 e 53-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 5-73-, 47-73, 10-72, 165-72, 161-72 e de Resolução n.o 16-73.

Levanta-se a Sessão.

"MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO OLAVO FERREIRA, NA SESSÃO DO DIA 24 DE MAIO DE 1973.

"O ALGODÃO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

Para a grande maioria dos lavradores os preços do algodão em caroço foram até satisfatórios este ano. Contudo, o regime da iniciativa privada permite-lhes plantar aquilo que promete o melhor resultado, em cruzeiros por hectare.

O cultivo do algodão compete, no Sul do País, em muitas áreas, com a soja, o milho e o amendoim. Uma intervenção governamental na comercialização de qualquer desses produtos, poderá levar os agricultores a optar em favor de uma entre as demais culturas. Se o preço do algodão for bom, mas o da soja melhor — considerando ainda que o cultivo desta é muito mais simples e largamente mecanizado — as safras de algodão diminuirão, as da soja crescerão e os preços refletirão as novas circunstâncias. Não haverá intervenções no mercado, sem causar distorções a prazo curto, médio ou longo, se não forem entre si bem coordenadas e planejadas.

A nossa indústria textil está em fase de grande expansão, consequência principalmente dos incentivos fiscais que favoreceram suas exportações, abrindo mercados estrangeiros onde nossos produtos encontram boa aceitação. A procura no mercado interno também cresceu, graças à elevação do poder aquisitivo dos consumidores. Por isso, nossa indústria textil precisa de mais algodão no presente e precisará de muito mais nos próximos anos, sendo de seu interesse ver os lavradores encorajados a plantar cada vez mais. Para o ano algodoeiro em curso prevê-se uma safra de 660.000 toneladas, um consumo interno de 330.000 toneladas e, portanto, uma exportação de outras 330.000 toneladas.

De seu lado, a CACEX acaba de disciplinar o ritmo das vendas ao exterior, movida pelos seguintes motivos:

1 — impedir a escassez da matéria-prima no mercado nacional;

2 — reduzir os efeitos da escassez mundial da fibra, bem como o repercussão da crescente inflação internacional na economia brasileira.

Mas, por outro lado, cabe às autoridades competentes em geral e à Comissão do Financiamento da Produção em especial tomar medidas para impedir que muitos lavradores decidam em outubro próximo substituir o plantio de algodão por outro produto.

O que está em jogo são os seguintes problemas:

1 — o abastecimento satisfatório das fiações brasileiras;

2 — as receitas cambiais provenientes das vendas ao exterior de algodão em rama e de tecidos;

3 — a necessidade de suficientes estoques, se pragas ou fatores climáticos afetarem a produção.

Trata-se de questão assaz complexa, com alguns aspectos contraditórios."